



Universidade Federal  
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ENTRE LEMBRAR E ESQUECER: a construção da memória das mulheres na  
Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande (1920 -1970)**

**JÉSSICA PRISCILA DE MELO MACHADO**

**CAMPINA GRANDE**

**MAIO/2024**

**ENTRE LEMBRAR E ESQUECER:**

**a construção da memória das mulheres na Igreja Evangélica Congregacional  
de Campina Grande (1920-1970)**

JÉSSICA PRISCILA DE MELO MACHADO

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

Campina Grande, maio/2024

JÉSSICA PRISCILA DE MELO MACHADO

**ENTRE LEMBRAR E ESQUECER: a  
construção da memória das mulheres  
na Igreja Evangélica Congregacional  
de Campina Grande (1920-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso avaliado em 17/05/ 2024 com o conceito 10

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

Orientador

Profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro

Examinadora

Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack

Examinador

Campina Grande, maio/2024

Dedico esse trabalho a meu querido Leônidas Machado pois, foi por causa de todo seu incentivo e apoio, que ele foi possível.

## AGRADECIMENTOS

Quando iniciei o curso de Licenciatura em História, não tinha nenhuma pretensão. O meu desejo era ocupar meu tempo estudando. E o tempo passou e muitas coisas aconteceram: mudança de cidade três vezes, uma pandemia que forçou o isolamento, a mudança curricular que bagunçou o que já estava bagunçado, uma gestação, um recém-nascido que chegou bem no meio de um semestre remoto e permitiu um fim de período embalado por noites mal dormidas, choros e adaptação a uma nova rotina.

Foram momentos bons e ruins, e em muitos deles veio a vontade de desistir, porém, continuamos insistindo. A certeza é que em todos esses momentos recebi a graça necessária para prosseguir. E é por isso que, em primeiro lugar, louvo a Deus por ter me permitido chegar até aqui. Louvo a Ele por me conceder inteligência, habilidades e sabedoria para transitar em um ambiente de ideias tão complexas e conflituosas, principalmente com relação à minha fé.

Chegar até aqui também não seria possível sem o apoio, o incentivo e a dedicação do meu querido marido, Leônidas. Foi importante sempre poder voltar para você e ter seu abraço para me confortar. Por sua causa também recebi um grande presente e desafio: a maternidade. Lídia, a minha alegria, a risada que me motiva. Agradeço a vocês pela compreensão de todos os dias.

Devo um agradecimento especial a minha amada IEC de Campina Grande na pessoa do meu querido pastor, André Moraes, que não só me concedeu a autorização para pesquisar no acervo para assim poder escrever esse trabalho, mas também sempre foi um entusiasta e incentivador desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Ceballos, que aceitou o meu pedido de orientação, e por ter acreditado na minha ideia, mesmo quando eu tinha pouco ou quase nada. Suas considerações ao meu texto me permitiram novas reflexões e melhorias nas concepções que estava elaborando.

Durante o meu tempo na UFCG tive a oportunidade de conhecer diversas pessoas; de umas tive maior proximidade que de outras. Não vou citar nomes para evitar a ausência de alguém, mas quero deixar registrado meus agradecimentos a todos aqueles que compartilharam comigo conversas e experiências, pois elas serão boas lembranças desse tempo.

Posso dizer que agradeço também aos meus futuros leitores, pois se vocês se interessaram por ler esse texto, significa que compartilham comigo a curiosidade de querer conhecer a História dos Congregacionais e suas contribuições para a sociedade. A vocês desejo uma leitura agradável.

*Em verdade vos digo: onde for pregado em todo o mundo o Evangelho, será também contado o que ela fez, para memória sua. Marcos 14.9*

## RESUMO

O presente trabalho buscou investigar a atuação das mulheres na Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande entre 1920 e 1970, percebendo como a memória feminina foi sendo construída a partir da documentação existente no acervo particular dessa instituição. Após apresentar a História do Congregacionalismo, discutimos brevemente sobre a construção do acervo da Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande e seu processo de armazenamento e conservação. Exploramos, para o estudo da memória desse espaço, autores como Bacellar (2008) e Castro (2008). Com relação à memória dessas mulheres, recorreremos ao conceito de memória coletiva e grupo de referência de Maurice Halbwachs (1990), e memória forte e memória fraca de Jöel Candau (2012).

Palavras-Chaves: Congregacionalismo, Memória Coletiva, Acervo Particular.



## LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Primeiro Templo Congregacional de Campina Grande.

Imagem 2: Primeira reforma do Templo Congregacional.

Imagem 3: Documentos amontados e armazenados em caixas de papelão no chão.

Imagem 4: Documentos armazenados em caixas de papelão.

Imagem 5: Armário de madeira tomado por cupins e que armazenava documentos.

Imagem 6: Livro de Atas em péssimo estado de conservação.

Imagem 7: Documentos armazenados em péssimas condições em um armário de madeira.

Imagem 8: Livros de Atas de departamentos diversos da IEC de Campina Grande.

## **LISTA DE SIGLAS**

AIECB - Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil

CRNE - Convenção Regional do Nordeste

IEC - Igreja Evangélica Congregacional

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UAC - União Auxiliadora Congregacional

UAF - União Auxiliadora Feminina

UESA - União Evangélica Sul Americana

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande

UIECB - União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Perfil Social das Mulheres da IEC de Campina Grande entre 1912 - 1934.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>16</b>
<b>CONGREGACIONALISMO: HISTÓRIA, GOVERNO E DOCTRINA.....</b>	<b>16</b>
1.1. A Reforma Anglicana do século XVI.....	16
1.2. Congregacionalismo: governo e doutrina.....	19
1.3. Robert Kalley e o pioneirismo no Brasil.....	21
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>29</b>
<b>A HISTÓRIA DA IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL.....</b>	<b>29</b>
<b>DE CAMPINA GRANDE.....</b>	<b>29</b>
2.1. O Congregacionalismo em Campina Grande.....	30
2.2. O Movimento de Renovação Espiritual atinge a Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande.....	35
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>38</b>
<b>AS MULHERES NA IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL.....</b>	<b>38</b>
<b>DE CAMPINA GRANDE: ATUAÇÃO E MEMÓRIA.....</b>	<b>38</b>
3.1. Fontes Históricas.....	38
3.2. Os arquivos e a experiência arquivística.....	39
3.3. Os documentos em um Arquivo.....	40
3.4. As mulheres na Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande.....	47
3.5. Disputas memoriais.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

Os acervos históricos são importantes fontes de pesquisa para historiadores e pesquisadores, pois eles permitem acessar o passado para compreender o homem e suas relações por meio da análise de suas manifestações e as formas de ser e estar no mundo.

De acordo com Bacellar (2008), no Brasil uma vasta documentação foi produzida e armazenada em arquivos eclesiásticos. A maior detentora é a Igreja Católica, cujos acervos estão localizados em cúrias diocesanas, e em alguns casos acessíveis ao público<sup>1</sup>. Essa documentação recua até o século XVI, o que permite um estudo da História do Brasil desde o período colonial. Porém, a partir do século XIX, outras confissões de fé, como as protestantes, foram chegando ao Brasil. Infelizmente, a maior parte desses acervos não se encontram acessíveis ao público, com raras exceções.

Os acervos particulares, por sua vez, também são importantes para a preservação das memórias de determinadas instituições e/ou indivíduos. É considerável destacar que, no Brasil, os acervos particulares não possuem uma prática efetiva de preservação documental e, por conta disso, muitos documentos importantes são destruídos, o que é bastante preocupante tendo em vista que toda uma memória pessoal e institucional é apagada com o tempo (BACELLAR, 2005; CASTRO, 2008).

Nessa perspectiva, nos debruçamos sobre o acervo documental produzido pela Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande, que foi a primeira igreja protestante a ser fundada na cidade de Campina Grande, em novembro de 1920. Esses documentos são importantes, pois preservam a memória de membros, congregados e lideranças que fizeram e ainda fazem parte dessa comunidade, além de permitir ao pesquisador entender sobre a organização e funcionamento dessa instituição eclesiástica.

Ao tratarmos do conceito de memória, o problema que estabelecemos nesta pesquisa é entender como a memória dessa instituição foi sendo construída, em

---

<sup>1</sup> Nem sempre os acervos se encontram acessíveis ao público. Isso varia muito de acervo para acervo. Alguns demandam tempo para revista, dada a natureza sensível de seu conteúdo, permanecendo por vezes fechados por 10, 20 anos, ou até que os envolvidos venham a falecer.

especial a memória das mulheres que atuaram entre 1920 e 1970. Procuramos entender como as lembranças e os esquecimentos foram sendo materializados em tais documentos. A pesquisa possui um caráter exploratório que visa estabelecer quais os documentos que a comunidade selecionou para constituir seu acervo, conferindo valor à memória que se encontra ali cristalizada e que serve para compor a sua história.

A presença congregacional em Campina Grande remonta ao início do século XX. Sendo assim, foi a primeira representação protestante nessa cidade. Com relação à história da tradição congregacional no Brasil, recortando o Nordeste até chegar à Campina Grande, Freitas Júnior (2011) argumenta que:

Partindo dessas primeiras informações, percebemos que os estudos sobre a igreja congregacional no Brasil, particularmente em Campina Grande, foram produzidos sob o predomínio de uma “historiografia triunfalista”, conforme a “tradição eusebiana”. Nessa tradição, as memórias e histórias do protestantismo congregacional resultaram em narrativas de exaltação e preservação dos “grandes” feitos. Exaltam suas autoridades e as instituições em suas práticas normativas, seus privilégios político, econômico, social e cultural, na construção dos ícones congregacionais, ao mesmo tempo em que produziram um silêncio sobre os fiéis comuns nos seus gestos cotidianos e desviantes. (FREITAS JÚNIOR, 2011, p. 51-52)

Dentro dessa perspectiva de “historiografia triunfalista” apontada pelo autor, percebemos que, no caso da IEC de Campina Grande, como pode-se encontrar nos trabalhos de Freitas Júnior (2010), Ferreira (2019) e Santana Filho (2020), a figura de João Clímaco Ximenes se destaca pelo seus feitos dentro do contexto eclesiástico, mas também fora dele. Não pretendemos seguir por esse caminho, mas buscamos perceber como se deu e ainda se dá a construção da memória dessa comunidade, refletindo a sua identidade social como “necessária para que os indivíduos possam interpretar e classificar a realidade” (CASTRO, 2008, p. 10).

O nosso ponto de partida é a análise da massa documental produzida ao longo do tempo. Ao percebermos a demanda de trabalho que deveria ser empreendida, selecionamos a documentação referente à União Auxiliadora Feminina para analisar nesse trabalho. A construção do acervo acontece dentro de uma organização acumulativa, na qual o arquivo considerado “morto”, ou seja, que já não está mais em uso pela instituição, é armazenado em determinado lugar. Ainda é preciso destacar que a memória é seletiva e, sendo assim, não é possível armazenar tudo aquilo que uma instituição produz. O que se encontra materializado

nos documentos, portanto, é resultado de uma “batalha de memória” e de um conjunto de intencionalidades do grupo produtor (CASTRO, 2008).

Alguns conceitos elaborados por Maurice Halbwachs (1990) nos são importantes nesta pesquisa, tais como: lembrança, grupos de referência e memória individual e coletiva. Para este autor, o indivíduo que lembra sempre está inserido em um grupo de referência, de modo que a memória é produto de uma construção coletiva. O grupo de referência, por sua vez, é o grupo com o qual o indivíduo estabelece uma relação de afetividade, onde suas experiências e passado se confundem. É o investimento que o grupo faz em determinada lembrança que produz a força da memória que irá se perpetuar ou não.

Nesse processo dinâmico de investimento, pertencimento e permanência do indivíduo na comunidade afetiva, chega-se ao seguinte entendimento: lembrar se relaciona a apego, da mesma forma que esquecer se relaciona à desapego. A memória é, portanto, um trabalho contínuo de reconhecimento e reconstrução de acontecimentos e vivências de um passado comum, que se encontra dentro de um quadro de preocupações e interesses da atualidade (SCHMIDT;MAHFOUD, 1993). A memória coletiva de Halbwachs se articula com o conceito de Jöel Candau (2012), de memória forte, que é a responsável por estruturar a identidade e conferir sentido; a memória fraca, por sua vez, é aquela que se dilui e se debilita à medida que os grupos sociais vão se transformando.

As discussões propostas neste trabalho são apresentadas em três capítulos, que foram divididos da maneira que se segue.

No primeiro capítulo, buscamos traçar um panorama da História do Congregacionalismo, partindo de suas origens na Reforma Anglicana do século XVI, com a política do Estado que provocou o rompimento com a Igreja de Roma e permitiu o surgimento de diversos grupos com ideias teológicas e litúrgicas variadas. Para melhor compreensão do Modelo Congregacional de Governo da Igreja, também explicamos brevemente sobre seu funcionamento e bases teológicas.

Apresentamos ainda um pouco sobre a vida e obra do casal de missionários Robert Reid Kalley e Sarah Poulton Kalley, os pioneiros do congregacionalismo no Brasil e responsáveis pela fundação de duas igrejas, que são consideradas genuinamente brasileiras: a Igreja Evangélica Fluminense e a Igreja Evangélica Pernambucana. As missões empreendidas por essas igrejas com a ajuda de entidades como a “Help for Brazil” e a UESA (União Evangélica Sul Americana),

possibilitaram o surgimento de muitas outras Igrejas Congregacionais no norte e sul do Brasil.

Nosso objeto de estudo envolve diretamente a IEC de Campina Grande, portanto, no segundo capítulo decidimos por trazer um pouco da História desta Igreja, desde a primeira congregação que surgiu no início do século XX indo até os acontecimentos da década de 1960, quando devido a mudanças em questões teológicas e litúrgicas, a IEC de Campina Grande sofreu um cisma que resultou em batalhas judiciais pelo patrimônio eclesiástico e uma batalha pela memória da instituição entre os grupos em disputa.

No último capítulo, nos debruçamos sobre o acervo produzido pela IEC de Campina Grande ao longo dos anos. Investigamos a forma como foi construído, percebendo suas lacunas temporais. Diante das dificuldades que resultaria em trabalhar com todo o acervo, escolhemos o grupo das mulheres para analisar e interpretar, discutindo a partir de conceitos de memória coletiva, identidade social e batalha de memórias.



## CAPÍTULO 1

### CONGREGACIONALISMO: HISTÓRIA, GOVERNO E DOCTRINA

#### 1.1. A Reforma Anglicana do século XVI

O congregacionalismo moderno tem suas origens na Reforma Anglicana do século XVI. Entre os grupos que não se conformaram com a nova Igreja que estava surgindo na Inglaterra, estavam os congregacionais que defendiam uma Igreja independente de qualquer tipo de hierarquia, e democrática em seu governo eclesiástico. O argumento era que no Novo Testamento, e até pelo menos o segundo século da Era Cristã, as igrejas se organizava de forma congregacional.

Ao falar acerca da Reforma Anglicana, logo vem à mente a imagem do rei Henrique VIII e seus muitos casamentos. Contudo, outros fatores foram determinantes para o rompimento com a Igreja de Roma. Entre eles, o anticlericalismo, a questão da sucessão ao trono e a estabilidade da dinastia Tudor.

O anticlericalismo estava enraizado na tradição do Lollardismo, que remonta ao século XIV com o pré-reformador John Wycliffe (c. 1328-1384). Ele foi professor de Oxford, e um desafio à Igreja de Roma por negar a doutrina da Transubstanciação e enfatizar a autoridade da Bíblia (WALTON, 2001, p. 50). Porém no século XVI, o anticlericalismo inglês era alimentado pela oposição de Wycliffe ao acúmulo de riquezas pela Igreja, e somado a isso, as denúncias de imoralidade e depravação sexual. Além disso, ideias luteranas começaram a chegar à Inglaterra a partir de 1520, e a Universidade de Cambridge foi por elas impactadas se tornando assim um celeiro que forneceu parte dos futuros nomes do protestantismo inglês (LINDBERG, 2017, p. 349)

Henrique VIII (1491-1547) desejava se divorciar de Catarina de Aragão. Seu motivo: sentia-se amaldiçoado por Deus, por ter casado com a viúva de seu irmão. Como consequência, não tinha filhos homens para o suceder no trono e Maria era sua única herdeira. A falta de herdeiros causava problemas para a estabilidade da dinastia Tudor, isso porque passar a coroa para uma mulher poderia resultar em

guerra civil, como aconteceu no século XII com Matilde, filha do rei Henrique I (LINDBERG, 2017).

Diante de tal situação, Henrique VIII solicitou ao Papa Clemente VII a anulação de seu casamento, que logo foi recusada. Lindberg (2017) aponta dois fatores que explicam a recusa: 1) do ponto de vista doutrinário: se a anulação fosse concedida, contrariava a decisão de um pontífice anterior<sup>2</sup>, o que ia de encontro com o questionamento de Lutero sobre a infalibilidade papal, e 2) do ponto de vista político, após o saque de Roma em 1517, o Papa estava como prisioneiro de Carlos V, que era o sobrinho de Catarina de Aragão. Assim a Reforma Anglicana começou em meio a assuntos do Estado, especificamente para o problema da sucessão ao trono e, não existia nenhum grande problema teológico.

Em resposta a recusa papal e contado com o apoio de teólogos ingleses e do parlamento, Henrique declarou seu casamento ilegítimo. Porém foi em 1534, com a aprovação do Ato de Supremacia, que aconteceu o rompimento definitivo com Roma. Esse ato estipulava que a partir de então, o monarca era o cabeça da Igreja tendo:

plenos poderes para examinar, reprimir, restaurar, reformar e corrigir quaisquer faltas, heresias, abusos, ofensas e irregularidades que devessem ser reformadas, quer pela autoridade legal, quer pela espiritual. (CÉSAR, 2022, p. 46)

O Ato de Supremacia representava um fortalecimento da política antipapal, entretanto não representava o abandono das doutrinas católicas. Como afirma Lindberg (2017):

O Ato de supremacia representou um desligamento constitucional da autoridade do Papa, e não a introdução do protestantismo. Assim, ao mesmo tempo que usou de sentimentos anticlericais - principalmente contra o pontífice - para proveito do próprio, Henrique reafirmou o dogma católico no estatuto dos seis artigos, em 1539. (LINDBERG, 2017, p. 358)

---

<sup>2</sup> O casamento de Henrique com Catarina só foi possível devido a dispensa papal concedida por Júlio II (1443-1513).

O Estatuto dos Seis Artigos (1539) confirmava o celibato clerical, a missa privada e as confissões ao sacerdote. Desta maneira, o que Henrique VIII fez foi promover uma mudança de liderança, mas não teológica. O protestantismo só daria avanços no reinado de Eduardo VI, filho de Henrique.

Eduardo VI (1537-1553) era filho de Jane Seymour, a terceira esposa de Henrique VIII. Ele tinha uma saúde muito frágil e foi coroado ainda criança. Durante o seu reinado o protestantismo avançou, Thomas Cranmer era arcebispo de Canterbury e produziu o primeiro Livro de Orações Comum em 1549, que foi revisado em 1552, esse livro estabelecia as diretrizes que o protestantismo inglês deveria seguir. (LINDBERG, 2017; GOMES, 2017)

O avanço do protestantismo logo foi interrompido com a morte de Eduardo VI. Maria Tudor (1516-1558), filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão, tornou-se rainha. Ela foi assessorada pelo Cardeal Reginald Pole na busca de restabelecer o catolicismo na Inglaterra. Seu reinado durou apenas cinco anos, e representou um período sangrento, com muitos opositores sendo mortos e exilados.

A próxima monarca foi Elisabeth (1533-1603), filha de Ana Bolena, segunda esposa de Henrique VIII. Ela reinou durante 45 anos, e durante seu reinado a Inglaterra se tornou protestante, além de conquistar um império mundial. Em termos de religião, foi estabelecido o Acordo Elisabetano que projetava uma Igreja Nacional, com uma política religiosa bastante ambígua e que objetivava agradar a todos os grupos. Gomes (2017) resume o acordo elisabetano em três pontos principais: 1) doutrinas protestantes, 2) liturgia católica, e 3) governo episcopal.

Nesse período, as ideias luteranas<sup>3</sup> deram espaço às ideias calvinistas<sup>4</sup>. Isso porque os protestantes que foram exilados durante o reinado de Maria Tudor foram fortemente influenciados pela teologia de João Calvino. Ao retornarem para a Inglaterra, traziam consigo o desejo de transformar a Igreja de sua nação em

---

<sup>3</sup> O luteranismo é a doutrina que se fundamenta no pensamento do reformador alemão Martinho Lutero (1483-1546). Originalmente, o luteranismo estava apoiado em três pilares: Somente Cristo, Somente a Escritura e Somente a Fé (ANDRADE, 2010, p. 257)

<sup>4</sup> O calvinismo foi o sistema teológico desenvolvido pelo reformador de Genebra, João Calvino (1509-1564). A ênfase doutrinária dada por Calvino estava baseada em cinco preceitos, que tempos depois no Sínodo de Dort (1618) seriam resumidos do acróstico em inglês TULIP, que é: Depravação Total, Eleição Incondicional, Expição Limitada, Graça Irresistível e Perseverança dos Santos. (ANDRADE, 2010, p. 89; BÍBLIA DE GENEBRA, 2009, p. 1749)

calvinista. Esses grupos rejeitavam o governo episcopal e todas as práticas católicas; possuíam o desejo de purificar a Igreja de todo o mandamento humano. A sua máxima era: “o que não é ordenado expressamente pela Escritura é proibido”. (LINDBERG, 2017, p. 370) A esses grupos deram-se o nome de Puritanos. Gomes (2017) classifica esses grupos entre Puritanos não Separatistas (Puritanos Anglicanos, Puritanos Presbiterianos e Puritanos Independentes ou Congregacionalistas) e Separatistas Congregacionalistas.

Os Puritanos não separatistas, como o próprio nome indica, não queriam separar-se da Igreja Anglicana, seu objetivo era purificá-la de tudo aquilo que entendiam que não estava de acordo com o que as Escrituras estipulavam. A diferença entre os grupos residia, sobretudo, na forma de governo eclesiástico que deveria ser adotado.

Os Anglicanos estavam satisfeitos em trabalhar dentro do governo estabelecido na Igreja Anglicana, sua hierarquia não era um problema, porém, desejava-se remover as doutrinas papistas da Igreja. Os Presbiterianos, por sua vez, queriam livrar-se dessa hierarquia e estabelecer o sistema presbiteriano: Thomas Cartwright (1535-1603) foi o seu maior representante. Os chamados “Independentes” não estavam de acordo com o sistema centralizado e, portanto, queriam igrejas autônomas e democráticas que pudessem conviver com a Igreja Anglicana. Os Puritanos Separatistas eram mais radicais e queriam uma total e completa dissociação da Igreja Anglicana. Opunham-se não apenas à sua teologia, mas também à hierarquia de bispos. O seu desejo era por igrejas independentes que se autogovernassem sem interferências externas. Entendia-se que a Igreja era formada pelos crentes em Cristo, e não por todos os habitantes de uma localidade (GOMES, 2017, pp. 84-86).

## **1.2. Congregacionalismo: governo e doutrina**

Para melhor compreensão sobre o congregacionalismo, é necessário discutir um pouco acerca de como as igrejas congregacionais se comportam no que diz respeito ao seu governo e doutrina. Não pretendemos de modo algum sermos

exaustivos, até porque foge ao escopo deste trabalho; contudo, discorreremos brevemente sobre alguns pontos específicos dos temas.

A congregação local é uma igreja completa em si, não estando sob a dependência de outras igrejas para lhe dirigir. Owen (2022) afirma que o governo da Igreja consiste no exercício do poder e da autoridade de Cristo. Fica a cargo da Assembleia de membros escolher seus líderes oficiais, que neste caso são pastores presbíteros e diáconos. A esses oficiais é dado o poder ministerial e que tem como objetivo a edificação da Igreja. Esse poder é exercido através do serviço, e todo o tipo de despotismo e tirania é terminantemente proibido.

Além do poder de escolher seus líderes, as Assembleias são reuniões deliberativas que ocorrem sem interferência externa. Os membros podem se reunir para sessões ordinárias que são convocadas periodicamente com o objetivo de tratar de assuntos corriqueiros da vida da comunidade. Quando surgem assuntos de caráter urgente são convocadas sessões extraordinárias, e, por fim, também existem as sessões especiais que são convocadas quando ocorrem eleições. As convocações são feitas por meio de editais publicados com antecedência para que todos os membros tomem conhecimento de sua realização.

Os oficiais são responsáveis por conduzir os negócios eclesiásticos, porém seus poderes são limitados pois devem seguir regras e diretrizes estabelecidas pela Igreja. Essas regras se encontram nos estatutos e confissões de fé, documentos elaborados pela comunidade.

A teologia adotada pelas Igrejas Congregacionais pode ser apreciada nas confissões de fé que elas subscrevem. A influência do calvinismo está presente nesses documentos. A Declaração de Savoy (1658) serviu como súpula teológica para os ingleses e para os pais peregrinos dos EUA. Já em 1708 as igrejas congregacionais de Connecticut elaboraram a Plataforma de Saybrook. Com relação ao Brasil<sup>5</sup>, podemos citar duas confissões, a Breve Exposição elaborada em

---

<sup>5</sup> Rodrigues (2022) demonstra que no Brasil o congregacionalismo produziu diversos ramos, existindo assim diversas convenções e até mesmo igrejas isoladas. Tendo em vista isso, escolhemos citar apenas duas denominações, a União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (UIECB) e Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (AIECB), porque além de representarem o maior número de igrejas e ministros, também estão diretamente ligadas ao nosso objeto de estudo que é a Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande.

1876 pela Igreja Evangélica Fluminense. Ela é subscrita pela União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, e no caso da Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil tem-se a Confissão de Fé Congregacional, documento aprovado em Concílio Nacional em 2014.

### **1.3. Robert Kalley e o pioneirismo no Brasil**

O Cristianismo Católico Romano foi, até a Proclamação da República em 1889, a religião oficial do território brasileiro. Isso era possível devido ao Padroado Régio, que permitia aos reis portugueses o direito de controlar os negócios eclesiásticos em seu território. Sobre essa questão, Cardoso (2001) afirma que:

A centralidade do poder político e religioso sob o comando real não permitia opção em questões de fé; o catolicismo confundia-se com o patriotismo; negar a fé era o mesmo que trair a pátria. Os diversos segmentos sociais formadores das estruturas dos sistemas de representação deveriam estar sujeitos à influência da Igreja. (CARDOSO, 2001, p. 24)

Era um projeto autoritário de sociedade, como assevera Silva (2010):

O catolicismo representava a religião consensual, o normal que se esperava de toda pessoa que partilhava do convívio social, com uma identidade definida pela opção religiosa, na medida em que ser protestante era algo estranho ao consenso e ao convívio comunitário, uma religião de estrangeiro, isto é, do outro, do não luso-brasileiro. (SILVA, 2010, p. 40)

Essa ideia trabalhada por Silva (2010), compreendendo o Protestantismo como uma religião “estrangeira”, estranha à sociedade brasileira, ajuda a explicar como aconteceu a inserção da fé protestante no Brasil. Segundo a mesma autora, existiram no Brasil duas fases do protestantismo, o de imigração na primeira metade

do século XIX, e a partir da segunda metade do mesmo século, o protestantismo missionário.

As guerras napoleônicas e o cerco a Portugal forçaram a saída da família real do país, vindo a se exilar no Brasil colonial, sob os auspícios da Inglaterra. É bem verdade que havia interesses britânicos nessa transferência, que ficam evidentes no Tratado de Aliança e Amizade e no Tratado de Comércio e Navegação, ambos assinados em 1810, dois anos após a chegada da família real no Rio de Janeiro.

Em termos políticos e econômicos, muitas vantagens foram garantidas aos ingleses. No campo religioso, foi concedido aos imigrantes o direito de manifestarem sua fé, desde que não fizessem proselitismo e suas instalações não possuíssem forma exterior de templo. Desta feita, o protestantismo de imigração se tornou um elemento de resistência cultural e identitária de anglicanos e luteranos que começaram a adentrar no Brasil a partir de 1820 (SILVA, 2010).

O cenário mudou na segunda metade do século XIX com a chegada das missões protestantes vindas da Europa e dos EUA. Diferente dos primeiros grupos, o proselitismo era a principal característica dos novos missionários. Dentre eles, destacamos o médico escocês Robert Reid Kalley que junto com sua esposa, dona Sarah Poulton Kalley, chegaram ao Rio de Janeiro em maio de 1955. Este casal é o pioneiro do Congregacionalismo no Brasil.

Robert Reid Kalley nasceu em 8 de setembro de 1804 em Mount Florida, Glasgow, Escócia. Seu pai era um rico comerciante que morreu quando ele tinha apenas um ano de idade. Sua mãe casou-se novamente, mas veio a falecer quando Robert tinha 6 anos de idade. Seus pais eram membros da Igreja Presbiteriana da Escócia, porém ele não seguiu a religião de seus pais, e durante sua juventude foi um cético materialista. Gradou-se em Farmácia e Medicina, e possuía um consultório em Kilmarnock, também na Escócia.

A sua conversão aconteceu em 1835, aos 26 anos de idade. Ao atender uma paciente, uma velha senhora muito enferma, que mesmo diante da morte e padecendo necessidades materiais, continuava alegre e serena, esperançosa em sua fé, instava para que ele lesse o Livro, neste caso a Bíblia. Conta-se que ele ficou muito abalado com esse encontro e passou então a examinar com cuidado as

Escrituras, principalmente as profecias para verificar se haviam sido cumpridas (CARDOSO, 2001; GOMES,2017).

Em 1836, sentiu-se chamado para o trabalho missionário na China, logo se apresentou à Junta de Missões da Igreja da Escócia, mas foi rejeitado sob o fundamento de que a Junta não possuía campo de trabalho naquela nação. Seguiu então para a Sociedade Missionária de Londres, mas durante o processo de preparação para seu envio, sua futura esposa, Margareth, adoeceu, e ele teve de cancelar o contrato com aquela Sociedade. O casamento aconteceu em 1838.

A frágil saúde de Margareth os levou a se mudarem para a Ilha da Madeira, e o que deveria ser apenas um período de recuperação se tornou mais que isso. De acordo com Gomes (2017):

Em 1838, Kalley viajou para a Ilha da Madeira, Portugal, em busca de melhor lugar para a recuperação de sua Margareth, estabelecendo-se em Funchal. A ideia era passar o inverno, mas ao chegar, Kalley se deparou com tanta ignorância espiritual e pobreza, que logo começou a atender a população carente da ilha. Passou também, a realizar cultos numa casa particular, já que não se adaptou à Igreja Anglicana que lá existia. (GOMES, 2017, p. 175)

Gomes (2017) constroi uma imagem positiva de Kalley, colocando-o como religioso protestante detentor de uma causa sagrada e salvador de almas perdidas em uma nação católica. Não se pode perder de vista, por sua vez, que foi por Kalley não se adaptar à Igreja Anglicana já estabelecida na ilha lusitana, que decidiu dar início à cultos realizados exclusivamente em sua casa. Possivelmente, desses primeiros cultos, participavam apenas ele, sua família e os seus empregados. Aos poucos, os cultos mantidos por Kalley foram ganhando novos adeptos em Funchal.

A estratégia criada por Kalley foi de inserir-se na comunidade e perceber de que forma poderia contribuir socialmente e espiritualmente. Em 1840, com recursos próprios, criou um hospital para atender os mais pobres, e também uma rede de escolas gratuitas que utilizavam a Bíblia como livro texto. O crescimento expressivo no número de convertidos provia a Kalley o material humano que precisava para



ampliar o seu trabalho evangelístico e filantrópico. Desta feita, ele investiu no ministério leigo, ou seja, em preparar homens e mulheres comuns para propagarem a fé.

Com o crescimento do trabalho, ele percebeu a necessidade de ser um pastor ordenado, ou seja, ter o seu pastorado reconhecido por outros pastores de uma Igreja através da imposição de mãos<sup>6</sup>. Foi quando solicitou aos ministros congregacionais de Londres a sua ordenação em 1839. No mês de julho daquele ano ele foi devidamente ordenado ao ministério pastoral, o que para ele representava apenas um modo de legitimar aquilo que Deus já lhe tinha dado por graça.

Em 1841, a perseguição religiosa contra os missionários evangélicos não demorou a acontecer em Funchal. Cardoso (2001) indica que essas primeiras perseguições eram motivadas mais por questões econômicas do que religiosas. Um dos motivos que o autor apresenta é que no processo de alfabetização possibilitado pela rede de escolas criadas por Kalley, camponeses cada vez mais instruídos buscavam por melhores condições de vida. Provavelmente, a crescente influência de Kalley, bem como sua popularidade como médico e filantropo, pode tê-lo transformado em uma ameaça ao sistema já estabelecido, quer seja político, econômico ou religioso.

O Doutor Kalley teve sua licença médica cancelada, precisando realizar novos exames para obter uma validação. A sua liberdade ministerial passou a ser cerceada, e até foi preso em julho de 1843. Em agosto de 1846, aconteceram ataques aos protestantes, com agressões físicas e destruição de patrimônio. Kalley teve sua casa depredada e queimada, e precisou buscar asilo na casa do cônsul inglês temendo pela sua integridade física e de sua família. Desta maneira acabou o seu tempo na Ilha da Madeira. Além de Kalley, cerca de 2000 madeirenses também deixaram a ilha devido às perseguições; passaram por vários lugares até se exilar em definitivo em Illinois, nos EUA.

---

<sup>6</sup> A imposição de mãos é uma prática que remonta ao Novo Testamento. É um gesto simbólico que significa a transmissão de poderes ou bênçãos. No caso da ordenação pastoral, pastores ordenados impõem as mãos sobre os candidatos ao pastorado e fazem uma oração de consagração. Depois desse ato simbólico, o candidato é considerado pelos demais como pastor ordenado.

Depois que deixou a Ilha da Madeira, Kalley viajou por diversos lugares do Oriente Médio. Em 1851 Margareth veio a falecer na cidade de Beirute, vítima de tuberculose. Sua fama de médico era grande e, por isso, ali naquela cidade veio a conhecer um rico industrial têxtil chamado William Wilson que buscava tratamento para seu filho, também tuberculoso (CARDOSO, 2001).

Foi acompanhando essa família que conheceu a senhorita Sarah Poulton Wilson, filha de William Wilson. O interesse mútuo foi crescendo e resultou no casamento deles em 1852. Sarah era uma mulher de muitas habilidades (pintora, pianista, musicista, poetisa, poliglota, professora) e bastante envolvida com as atividades da Igreja Congregacional de Torquay, o que veio a ser de grande auxílio para o ministério missionário que Kalley desenvolveria no Brasil pouco depois. Apesar de Kalley vir da Igreja Presbiteriana da Escócia, foi bastante influenciado por Sarah e sua família, que era congregacional, e, por isso, as igrejas que fundará tempos depois seguirão esse modelo.

Após o casamento, o casal viajou para os EUA com a finalidade de auxiliar os irmãos madeirenses que ali se encontravam. Foi onde teve contato com o livro de Daniel P. Kidder: “Reminiscências de viagens e permanências no Brasil”. Percebeu então que um novo campo de trabalho se abriria para ele em terras brasileiras. Voltaram para a Escócia e começaram os preparativos para viajarem para sua nova missão.

No início de maio de 1855 o casal Kalley chegou à cidade do Rio de Janeiro. No começo houve um certo estranhamento causado principalmente pelas condições da cidade: a falta de um sistema de sanitização era responsável pela proliferação de diversas doenças infecciosas, além do mal cheiro que exalava dos detritos jogados nas ruas e no mar. Essa experiência dos Kalley com o Brasil foi registrada em seus diários e é possível tomar conhecimento de suas impressões a partir da biografia escrita por Willian B. Forsyth, intitulada em português de “Jornada no Império” (FORSYTH, 2006).

Esses motivos levaram o casal a procurar um local que julgassem mais adequado, por isso, no mês seguinte se mudaram para Petrópolis, a cidade do Imperador, onde o clima lhes pareceu mais agradável. Eles alugaram uma

propriedade que estava para ficar vaga, seu nome em alemão era *Gernheim*, que quer dizer “lar muito amado”.

Em agosto daquele ano os trabalhos foram iniciados com a Escola Bíblica Dominical, por Sarah Kalley. Juntando em uma classe as crianças dos estrangeiros ingleses protestantes que ali existiam, Sarah Kalley ensinou uma lição sobre a história do Profeta Jonas. Pouco tempo depois o próprio Kalley começou uma classe com homens, dentre eles alguns negros escravizados que trabalhavam em Gernheim.

Outra estratégia utilizada foi o serviço dos colportores, vendedores de Bíblias e outras literaturas evangélicas. Para esse trabalho Kalley convidou alguns madeirenses que conhecia e que estavam exilados nos EUA. Em agosto de 1856 chegaram ao Brasil juntamente com suas famílias: Francisco da Gama, Francisco de Souza Jardim e Manuel Fernandes. Assim foi se desenvolvendo o trabalho de evangelização no Brasil Império na segunda metade do século XIX. A colportagem com pregação e distribuição de Bíblias se mostrou ser um agente multiplicador, com cultos sendo realizados nos lares. A iniciativa de uma congregação na casa de Francisco da Gama posteriormente viria a ser a primeira Igreja Congregacional organizada no país.

No século XIX, os jornais serviam de grande veículo para a produção literária. Percebendo a abertura da imprensa carioca em divulgar propaganda religiosa, Kalley se utilizou dessa estratégia para publicar textos que traziam em seu conteúdo as doutrinas protestantes. Essa era mais uma forma de inserir-se dentro de um contexto católico romano. No periódico *Correio Mercantil*, publicou a obra “O Peregrino”, de John Bunyan. Porém, não podemos desconsiderar que o público-alvo dessas publicações era uma minoria letrada, devido ao alto índice de analfabetismo que na segunda metade do século passava dos 80% no Brasil imperial (LEONEL, 2014).

A congregação na casa de Francisco da Gama foi crescendo de forma que em 11 de julho de 1858, dia em que Kalley batizou o primeiro crente brasileiro, o sr. Pedro Nolasco de Andrade, foi organizada a Igreja Evangélica Fluminense contando com 14 membros. A primeira Ata a ser registrada é da sessão de 03 de janeiro de

1862, quando ocorreu a eleição dos primeiros presbíteros da igreja. Na ocasião, foi o secretário o sr. João Manoel Gonçalves dos Santos. (RODRIGUES, 2022)

O trabalho missionário de Kalley era financiado por ele mesmo, de modo que não havia nenhuma denominação ou agência missionária por trás dele. Esse caráter independente ficou impresso nas igrejas que surgiram do seu trabalho. A Igreja Evangélica Fluminense foi organizada segundo um modelo congregacional, mas esse modelo não foi transplantado daquele que já estava em vigor na Inglaterra e nos EUA. Diante disso, autores como Cardoso (2001) e Rodrigues (2022) tratam das primeiras igrejas congregacionais do Brasil como igrejas kalleianas. A base desse modelo eclesiástico incluía a existência de pastores, presbíteros e diáconos.

Aproximava-se o momento do casal Kalley partir, logo começou a existir a preocupação de um substituto para o pastorado da Igreja Fluminense. Para isso, foi eleito em dezembro de 1875 como co-pastor o sr. João Manuel Gonçalves dos Santos, que depois da partida de Kalley se tornaria o pastor titular. Outra preocupação era quanto a existência de um documento que explicitasse a teologia dessas igrejas. Para isso foi elaborada a Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo. Rodrigues (2022) nos apresenta como aconteceu a produção desse documento:

A atitude do Dr. Kalley, como pastor da igreja, de elaborar o texto da Breve Exposição, apresentá-lo, em 1 de janeiro de 1875, à IEF e permitir que ela o estudasse até 2 de julho de 1876, quando foi aprovada, foi uma manifestação do valor que a Breve Exposição teria para a vida da igreja e do evangelho no Brasil. Por outro lado, foi uma maneira dele revelar o valor que a igreja teria para com suas decisões. Durante um ano e seis meses a igreja estudou o texto recebido, discutiu, sugeriu, e por fim, aprovou. Portanto, pode-se dizer que a Breve Exposição é o resultado do posicionamento sobre as doutrinas cristãs do Dr. Kalley e da Igreja Evangélica Fluminense. (RODRIGUES, 2022, p. 51-52)

Podemos considerar a Breve Exposição como a primeira confissão de fé genuinamente brasileira. Depois dessas resoluções que visavam o bom desenvolvimento das duas igrejas fundadas durante sua estada no país, o casal Kalley deixou o Brasil em julho de 1876, retornando para a Escócia. O bom doutor veio a falecer em 17 de janeiro de 1888.

O trabalho de colportagem foi se expandindo pelo território brasileiro, principalmente, com as parcerias estabelecidas com Sociedades Bíblicas. Esse foi o caso de Manuel José da Silva Vianna que em novembro de 1872 viajou junto com a família para Pernambuco sob os auspícios da Sociedade Bíblica Britânica. Ali deu início a uma congregação em sua casa, e em dezembro do mesmo ano aconteceu a primeira Escola Bíblica Dominical. Em 19 de outubro de 1873, Kalley batizou doze pessoas e ministrou a Ceia do Senhor para esse grupo, sendo com isso organizada a Igreja Evangélica Pernambucana. O pastorado desta nova igreja ficou a cargo de Manuel Vianna.

Mesmo após a partida, o casal Kalley ainda exercia influência sobre as igrejas que fundaram no Brasil, e procuravam com afincos meios para enviar mais missionários. Um deles, o pastor James Fanstone chegou à cidade do Recife em 13 de agosto de 1879, no mesmo dia de sua chegada foi eleito pastor da Igreja Evangélica Pernambucana (EVERY-CLAYTON, 1998, p. 91). Quando voltou a Inglaterra de férias, Fanstone também se empenhou no recrutamento de mais pessoas para trabalharem no Brasil. Juntamente com a senhora Sarah Kalley fundaram no Reino Unido em 1893 a entidade “Help for Brazil” que tinha o objetivo de enviar e sustentar missionários para trabalhar nas Igrejas Congregacionais que existiam em solo brasileiro. Em 1922 a União Evangélica Sul Americana (UESA) foi criada e veio a substituir a “Help for Brazil”.

A partir do trabalho missionário desenvolvido pela Igreja Evangélica Pernambucana, outras localidades mais ao interior dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará foram atingidas pela propaganda protestante. As viagens dos colportores e missionários enviados pela “Help for Brazil” e depois pela UESA, permitiu o estabelecimento de muitas congregações. Seguindo sempre o mesmo padrão essas congregações tinham início nas casas particulares, depois com culto público e quando atingiam um bom grupo de convertidos, acontecia a organização em Igrejas.

## CAPÍTULO 2

### A HISTÓRIA DA IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE CAMPINA GRANDE

A produção historiográfica congregacional no Nordeste requer um intenso trabalho, tendo em vista que, são poucas as fontes de informações disponíveis e na maior parte do tempo são imprecisas (SANTANA FILHO, 2020). No caso de Campina Grande, as fontes de informações que se têm, estão localizadas nos trabalhos de memorialistas e autores confessionais, tais como: Salustiano Pereira César (1983), Manoel Bernardino de Santana Filho (2020) e Claudenor Gomes de Souza (1982). Porém, outros autores também procuraram investigar a História Congregacional, e o caso de Freitas Júnior (2008), que pesquisou a inserção do protestantismo em Campina Grande, e sobre isso afirma que:

A inserção do discurso protestante em Campina Grande consistiu em um processo complexo e conflituoso a partir de 1901 com o estabelecimento da primeira comunidade protestante, no caso a comunidade evangélica congregacional. Esse processo foi conflituoso porque é resultante de um projeto informal de evangelização que visava produzir a conversão de campinenses na busca de um rompimento com os valores da cultura católica no qual detinha o monopólio da cultura histórica religiosa da cidade. Havendo assim neste período a inserção de outro discurso religioso nas malhas do contexto político, econômico e social da cidade, propondo outra identidade religiosa, torna-se complexa porque dispomos de fragmentos incompletos deixados por nossas poucas fontes documentais para assim pensarmos essa inserção. (FREITAS JÚNIOR, 2008, p. 1)

Desta feita, a narrativa do presente capítulo se fez a partir dos fragmentos encontrados nas obras dos memorialistas. Também recorreremos aos trabalhos de pesquisadores com Luís Antônio Galdino Ferreira (2019) que em seu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba intitulado “Entre fundamentalistas e renovacionistas: o cisma congregacional de 1967”, investigou os acontecimentos que levaram ao Cisma Congregacional Campinense que ocorreu na década de 1960.

O artigo “Congregacionais e a Renovação Espiritual no Nordeste” publicado em 2021 por Heitor Lamartine e que faz parte de sua pesquisa de mestrado, no qual o autor estuda o Movimento de Renovação Espiritual que aconteceu no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, e que fortemente impactou as Igrejas Protestantes Tradicionais existentes no Brasil e motivou mudanças no seio dessas Igrejas.

Por fim, o artigo de Cleófas Lima Alves de Freitas Júnior, “A inserção do Discurso Protestante em Campina Grande (1901-1930): Uma introdução” (2008) nos ajudou a compreender a conflituosa inserção do protestantismo em Campina Grande e como esse discurso se estabelece nas obras dos memorialistas e autores confessionais.

## **2.1. O Congregacionalismo em Campina Grande**

No início do século XX, com a grande produção algodoeira na Paraíba, Campina Grande foi se tornando um centro econômico e de escoamento dessa produção. A instalação de indústrias para o beneficiamento do algodão, bem como a chegada do trem, permitiu que a cidade se tornasse ainda mais competitiva no comércio desse produto (FERREIRA, 2019, p. 33). Toda essa prosperidade serviu para atrair migrantes de outras regiões. Entre esses migrantes se encontrava o casal Olinto Cordeiro de Souza e Rita Maria Cordeiro, que em 1901 chegaram a Campina Grande vindo da cidade do Recife<sup>7</sup>.

Conforme Ferreira (2019), certa vez ao visitar a casa do subdelegado, o senhor Olinto Cordeiro encontra um exemplar do Novo Testamento e começa a folhear muito interessado. O subdelegado lhe adverte que tal livro não tem nenhum valor pois era distribuído por uma “Nova Seita”<sup>8</sup>. Mesmo assim, o senhor Olinto Cordeiro levou o livro para casa e, junto com sua esposa, o leu avidamente, principalmente o Evangelho de Lucas. Santana Filho (2020) afirma que o que mais

---

<sup>7</sup> Não se tem muitas informações acerca da família Cordeiro. Nas obras que tratam sobre a história da IEC (Igreja Evangélica Congregacional) de Campina Grande, eles são apresentados como vindo do Recife em 1901, e que em Campina Grande se converteram ao protestantismo.

<sup>8</sup> “Nova Seita”, “Bodes”, “Amaldiçoados filhos de Lutero” eram (e ainda são) algumas das denominações dadas aos protestantes pelos católicos. Eram termos pejorativos que eram utilizados para diminuir e zombar daqueles que deixavam as práticas católicas e passavam a aderir práticas protestantes.

impressionou o sr. Olinto foi ler o episódio da conversa de Jesus com o ladrão na cruz. A atitude de Jesus de perdoar aquele ladrão e afirmar que “ainda hoje estarás comigo no paraíso” (Lucas 23.43) serviu de grande impacto na vida desse homem.

Olinto Cordeiro avaliou a leitura do Novo Testamento como muito satisfatória, o que o teria levado à conclusão de que, para ser salvo e ir “morar no Céu”, “não precisamos de rosário, ou missas” (SANTANA FILHO, 2020, p. 68). Para todo este relato inicial, é preciso considerar o processo complexo e conflituoso de inserção do protestantismo do qual Freitas Júnior (2008) discute, principalmente pelo fato das fontes partirem dos trabalhos de memorialistas, o que propõe que essa nova leitura do Evangelho feita pelo sr. Olinto Cordeiro se caracteriza como um rompimento com a cultura católica que estava até então estabelecida.

Sinfrônio Costa era um evangelista congregacional que residia em São José do Sigiri, e estava de passagem por Campina Grande, foi chamado para dar maiores explicações para o casal Cordeiro sobre a nova fé. A partir daí, o sr. Olinto Cordeiro se converteu à fé protestante, porém dona Rita Cordeiro apresentou certa resistência em deixar a comunhão da Igreja Católica. Segundo Santana Filho (2020), depois de não conseguir se ajoelhar para rezar durante a missa, devido fortes câimbras em seus joelhos, Rita Cordeiro teria interpretado como um sinal divino e com isso, deixado de frequentar a Igreja Católica e decidindo converter-se ao protestantismo.

Foi na casa desse casal que começou a primeira congregação. Os primeiros batismos foram no ano de 1912: Rita Cordeiro e mais três mulheres foram batizadas pelo reverendo James Haldane. Pouco tempo depois a congregação foi transferida para a casa de Júlio Galdino que também já fazia parte da pequena congregação, e ali passou-se a celebrar os cultos de forma pública. A congregação esteve ali até o momento em que foi adquirido um terreno na Rua do Açude Novo<sup>9</sup>, onde o templo foi construído.

---

<sup>9</sup> Hoje é a Rua Treze de Maio, onde ainda está localizado o templo da IEC de Campina Grande.



**Imagem 1:** Primeiro Templo Congregacional de Campina Grande.



**Fonte:** Acervo da IEC de Campina Grande

Essa pequena comunidade sofreu perseguições religiosas. Dona Rita Maria Cordeiro, que era professora e tinha uma escola com cerca de 50 alunos, viu muitos deles se ausentar de suas aulas, pois muitos pais estavam incitados pela pregação do vigário local que afirmava que ela fazia agora parte de uma seita satânica. O sr. Olinto Cordeiro, que era manco de uma de suas pernas, ouvia a zombaria das crianças que o chamavam de “cão coxo”. Também durante os cultos era possível que se jogassem pedras nos telhados durante os momentos dos cultos (FREITAS JÚNIOR *apud* SANTANA FILHO, 2020, p. 69).

O auxílio pastoral estava a cargo dos pastores James Haldane e Júlio Leitão. Foi o reverendo Haldane que em 15 de novembro de 1920, juntamente com a inauguração do templo, organizou em igreja aquela comunidade de crentes. Assim tem-se o início da IEC de Campina Grande, a primeira igreja protestante de Campina Grande.

Harry e Frieda Briault eram um casal missionário inglês que foram enviados ao Brasil pelo UESA. Chegaram à cidade do Recife em 1921 e foi logo direcionado pelo pastor James Haldane para trabalharem na igreja em Campina Grande. D.

Frieda Briault era uma mulher muito dinâmica e visionária. Em 1923 começou um trabalho com as mulheres da igreja, despertando-as para o chamado missionário. Algumas foram enviadas para estudarem nos seminários, as demais seguiam trabalhando nas atividades da Igreja local, e também contribuíram financeiramente para a manutenção dos estudos das que estavam nos seminários. Em 1927, o casal teve de deixar Campina Grande para trabalhar no sertão.

César (2022), que investigou os embates entre protestantes e católicos na região de Catolé do Rocha durante as décadas de 1930-1940 e que culminaram na destruição de templos protestantes, argumenta que a ida do casal Briault para o sertão está relacionada ao desejo de Sebastião de Aquino de que a sua terra natal também fosse evangelizada. Sebastião de Aquino era um jovem que em 1926, vindo do sertão para Campina Grande, teve a oportunidade de ver o rev. Briault pregar na IEC de Campina Grande e, assim, tendo decidido se converter ao protestantismo. O convite para trabalhar no sertão foi feito e o casal deixou Campina Grande, fixando residência na cidade de Patos.

Com a partida do pastor Briault, João Clímaco Ximenes assumiu de forma interina o pastorado da igreja, e no ano seguinte por meio de votação na assembleia de membros foi eleito pastor titular da IEC de Campina Grande. Seu pastorado durou mais de 30 anos, de modo que sua história se confunde com a da igreja.

No mapeamento realizado nesta pesquisa das obras que tratam da história da IEC de Campina Grande, todas elas enfatizam os feitos de Ximenes e o rigor moral com que conduzia a igreja. Não pretendemos seguir por esse caminho, mas é preciso relatar alguns fatos para entendermos esse período.

Desde a década de 1920 existia o grupo Evangelizar que se ocupava do trabalho de evangelização na cidade. Em 1935, esse grupo deu lugar à Missão Evangelizadora do Nordeste, que ampliou seu campo de trabalho atingindo outras cidades e regiões circunvizinhas. No período de Ximenes, a igreja chegou a ter cerca de vinte congregações que eram mantidas e administradas pela missão.

Em Campina Grande, a igreja crescia a cada dia, o número de membros dobrou e os alunos matriculados na Escola Bíblica Dominical já ultrapassava os 100. Para comportar o crescente número de frequentadores, Ximenes empreendeu

algumas reformas no templo, construiu a casa pastoral, um asilo e uma escola (FERREIRA, 2019, p. 35). Devido a sua influência sobre os membros da igreja e de outras pessoas, entre elas comerciantes locais, o pastor Ximenes conseguiu arrecadar os recursos necessários para empreender a desejada reforma.

**Imagem 2:** Primeira reforma do Templo Congregacional.



**Fonte:** Acervo da IEC de Campina Grande

O crescimento era contínuo. Segundo Ferreira:

A Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande, filiada a UIECB, era na década de 1930-50 a maior Igreja Congregacional da América Latina, contando nesse período segundo dados administrativos da própria igreja com cerca de dois mil membros batizados, o crescimento significativo da Igreja Congregacional de Campina Grande, pode ser atribuído tanto a Missão Evangelizadora do Nordeste, como as campanhas missionárias realizadas por Ximenes, nas mais diversas áreas da cidade e localidades adjacentes. (FERREIRA, 2019, p. 37)

Ximenes deixou o pastorado no final da década de 1950. Veio a falecer em 1963 e sua morte gerou grande comoção. Encerrou-se a Era Ximenes dando lugar a um período no qual muitos conflitos aconteceram dentro do seio da igreja entre

grupos que possuíam discordâncias teológicas, sobretudo, no que diz respeito à Pneumatologia<sup>10</sup>.

## **2.2. O Movimento de Renovação Espiritual atinge a Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande**

A onda de avivamento espiritual que se deu nos EUA no início do século XX provocou o surgimento do movimento pentecostal naquele país. O mais famoso exemplo é o do reavivamento da Rua Azuza em Los Angeles, Califórnia. Ele foi protagonizado pelo pregador afro-americano William Joseph Seymour, em 1906, na Igreja Metodista Episcopal Africana.

Essa onda pentecostalizante chegou ao Brasil na década de 1940. Alguns líderes e grupos ligados à Igreja Metodista começaram a pregar a necessidade de um avivamento espiritual para a Igreja Brasileira. A partir de então, nomes como Enéas Tognini, pastor batista, e Manoel de Mello e Silva, fundador na Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, se tornaram os principais difusores da mensagem do reavivamento.

Já na década de 1960 surgiu o Movimento de Renovação Espiritual, promovendo encontros de avivamento a nível nacional e regional. Esse movimento tinha fortes implicações para as Igrejas Protestantes do Brasil. De acordo com Lamartine:

Essa onda carismática não representava apenas uma revitalização religiosa, como também provocou alterações no modelo de religiosidade, tradicionalmente adotado pelas Igrejas Protestantes de missão no país. (LAMARTINE, 2021, p. 63)

O movimento de Renovação Espiritual criou “novas realidades eclesiais” (LAMARTINE, 2021, p. 63), promovendo uma experiência emocional como resultado do batismo no Espírito Santo. Para esse movimento, o batismo com o Espírito Santo era considerado uma segunda bênção e se manifestava através de dons espirituais, como o falar línguas estranhas, profecias, revelações, curas. Além

---

<sup>10</sup> Pneumatologia é a doutrina que estuda a pessoa e a atuação do Espírito Santo.

disso, se dava grande ênfase às reuniões de oração e vigílias para buscar esse batismo. Outra característica foi que passou a ser comum nos cultos públicos gritos de “aleluia” e “glória a Deus” e o bater palmas.

Com relação às Igrejas Congregacionais do Nordeste, autores como Gomes (2017), Ferreira (2019) e Lamartine (2021) concordam que foi durante uma festividade do departamento de mulheres da primeira IEC de João Pessoa, sob a liderança do pastor Jônatas Ferreira Catão, que o movimento de Renovação Espiritual chegou até essa denominação. A partir dessa Igreja, outras foram aderindo ao movimento, como por exemplo: a IEC de Campina Grande, IEC de Casa Amarela, IEC de Patos e a IEC de Caruaru.

Como “a renovação espiritual representava uma ameaça à ortodoxia e o modelo de culto congregacional” (LAMARTINE, 2021, p.68), a União de Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (UIECB) desejava “frear” o movimento e evitar que as suas igrejas filiadas fossem tomadas por essa nova realidade espiritual. O pastor Raul de Souza Costa foi enviado para a IEC de Campina Grande, a maior igreja da época. A sua forte ortodoxia foi julgada como necessária para se conter a onda renovacionista que estava agitando as igrejas do Nordeste.

A princípio, o pastor Raul se manteve fiel a suas convicções, até que em uma reunião ele teve uma experiência de cura. A família do pastor Raul morava na cidade do Rio de Janeiro, sua filha Zaída<sup>11</sup> comentou que em um determinado dia sua mãe recebeu um telegrama de seu pai dizendo que havia sido curado pelo Espírito Santo. Após essa experiência, o pastor Raul de Souza Costa buscou entender mais sobre os dons espirituais, e a IEC de Campina Grande passou a promover reuniões de oração e vigílias que davam evidência à busca ao enchimento do Espírito Santo.

As mudanças litúrgicas e teológicas provocaram um cisma interno e um externo na IEC de Campina Grande. Internamente, um grupo de fieis que não estava de acordo com as mudanças que estavam acontecendo na IEC de Campina Grande decidiram sair e passaram a se reunir na IEC do José Pinheiro que à época já era a terceira Igreja Congregacional organizada em Campina Grande. Na saída

---

<sup>11</sup> MACHADO, Jéssica Priscila de Melo. Entrevista realizada em 05 de abril de 2024, na residência da entrevistada.

desse grupo, entre outras coisas, foi levada a placa de fundação da Igreja, e uma verdadeira batalha pela memória congregacional foi travada, pois ambos os grupos se diziam os verdadeiros continuadores da IEC de Campina Grande, fundada em 1920. Sobre essa questão falaremos mais no próximo capítulo. Nesse período de intensos conflitos, também ocorreram disputas judiciais pelo patrimônio arquitetônico da Igreja.

Externamente, a nível denominacional, havia ocorrido na IEC de Patos dois Congressos: um de mulheres e outro de jovens. Nesses eventos, as ideias de renovação espiritual estavam cada vez mais evidentes, e, portanto, teriam sido esses eventos o estopim para a convocação do 18º Concílio Geral da UIECB, sediado na cidade de Feira de Santana na Bahia, nos dias 20 e 21 de julho de 1967. A Assembleia se reuniu para discutir as questões relativas aos últimos acontecimentos e deliberar sobre . Lamartine (2021) nos informa que os delegados das Igrejas adeptas ao Movimento de Renovação Espiritual não tiveram direito à defesa. Ao final do conclave ficou definido que os pastores adeptos da renovação espiritual seriam excomungados e suas igrejas imediatamente desligadas da denominação.

Ao todo foram excluídas sete Igrejas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com seus respectivos pastores, são: Raul de Souza Costa, Jônatas Ferreira Catão, José Quaresma de Mendonça, João Barbosa de Lucena, Roberto Augusto de Sousa, Moisés Francisco de Melo e Isaías Correia dos Santos. No mês seguinte, na IEC de Campina Grande aconteceu a reunião para a criação de uma nova denominação que pudesse agremiar as Igrejas que foram excluídas e outras mais que assim quisessem se filiar. Desta maneira, em 14 de agosto de 1967 foi criada a AIECB (Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil).

A nova denominação subscreveu como confissão de fé os 28 artigos da Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo, até que em 2014 aprovou em Assembleia Geral a Declaração de Fé Congregacional. Durante décadas as duas denominações caminharam em separados, porém, desde março de 2010 há um acordo de “modus vivendi” entre a UIECB e a AIECB, as igrejas a elas filiadas têm desde então realizado programações em conjunto.

## CAPÍTULO 3

### AS MULHERES NA IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE CAMPINA GRANDE: ATUAÇÃO E MEMÓRIA

#### 3.1. Fontes Históricas

De onde vem o conhecimento histórico? Marc Bloch (2001) responde a esse questionamento argumentando que os vestígios deixados pelo homem ao longo do tempo servem de pistas com as quais o historiador escreve a História. Dessa feita, afirmamos que esses vestígios nada mais são do que as fontes escritas ou não escritas que permitem o trabalho do historiador. Contudo, é importante ressaltar que as fontes, principalmente as escritas de caráter oficial, são produto de um determinado tempo e sociedade, sendo assim, produzidas com alguma intencionalidade.

Quando nos referimos às fontes escritas, é necessário também compreender sua trajetória, desde a sua criação até seu destino último. Isso é importante porque todo documento ao ser produzido tem um propósito específico, que na maioria das vezes é diferente daquele posto pelo historiador em seu trabalho de análise, interpretação e escrita (BOSCHI, 2011).

Tendo isso em vista, fica evidente a importância de se conhecer a procedência dos documentos e sua elaboração, bem como suas trajetórias históricas até o momento que chegue às mãos do historiador (BOSCHI, 2011). Por isso, é indispensável no trabalho de pesquisa historiográfica a elaboração e aplicação de um processo metodológico pré-definido que leve em consideração as possíveis mudanças que possam ocorrer ao longo da pesquisa. A História é uma ciência que possui técnicas, métodos, conceitos, elaboração de hipóteses que contribuem para a produção do conhecimento histórico (ARÓSTEGUI, 2006)

De acordo com Bloch (2001), o objeto de estudo da História são os homens nas temporalidades. Como um detetive investiga um caso, o historiador investiga as fontes, fazendo perguntas que partem do presente para o passado, não para que a fonte seja “forçada” a responder e provar o que se deseja, mas para que ela permita a compreensão desse passado que ela expressa.

Com isso em mente, os Arquivos Públicos e Particulares são locais que apresentam diversos tipos de fontes que podem ser utilizadas para a produção historiográfica. Neste capítulo, nos voltaremos para o acervo da IEC de Campina Grande, buscando compreender como foi construído e tentando compreender a intencionalidade que está por trás da memória deixada pelas mulheres que fizeram parte dessa comunidade eclesiástica.

### **3.2. Os arquivos e a experiência arquivística**

Os arquivos são instituições de guarda de documentos de valor histórico. Entretanto, o historiador precisa estar consciente do trajeto percorrido pelo documento até chegar ao arquivo, e por sua vez, chegar às suas mãos. Os documentos estão submetidos a muitos processos e é resultado “de um conjunto de intencionalidades: de quem o produziu, de quem o guardou, de quem organizou e permitiu que fosse consultado.” (CASTRO, 2008, p. 35)

Le Goff (2013) afirma que um determinado conjunto de documentos não pode ser tomado como uma representação fiel de um determinado passado, pois o que chega até nós é fruto de uma escolha, um produto da sociedade que o fabricou e que esteve sujeito às relações de poder.

São essas relações de poder que determinam aquilo que deve ou não ser preservado, até porque toda memória é seletiva e, conseqüentemente, toda a preservação também é seletiva. Nesse jogo do que lembrar e do que esquecer, dois elementos devem ser considerados: a construção de identidades sociais e os mecanismos de memória (CASTRO, 2008). A identidade social de um grupo é construída tanto no plano simbólico, como no da interação social, por meio de conflitos e negociações entre os grupos. Isso é importante para determinar o que vai ser considerado como patrimônio histórico do grupo, é que nada mais é que a “cristalização de verdadeiras batalhas de memória.” (CASTRO, 2008, p. 15).

Outra coisa que precisa ser destacada a respeito das relações de poder é que elas são intencionais e encontram-se associadas a diferentes concepções de valor e memória. Não são de modo algum consensuais, pois dependem das motivações e circunstâncias às quais esteve exposto quando o momento de sua



seleção. Toda documentação, portanto, carrega um capital simbólico e deve ser considerada em seu conjunto.

Nora (1993), por sua vez, vai estabelecer a relação entre a criação de lugares de memória e o sentimento de que não há uma memória que seja espontânea. Caminhando nessa direção, chega-se à conclusão que a criação de Arquivos Históricos tem o objetivo de perpetuar uma memória que de outra forma estaria perdida. Entretanto, não podemos fugir do inevitável, uma vez que não há um “investimento”, uma funcionalidade para esses locais de memória, a tendência é que essa memória enfraqueça, se tornando difusa e superficial e dificilmente compartilhada dentro de um grupo de indivíduos (CANDAU, 2012).

### **3.3. Os documentos em um Arquivo**

Com a chegada dos documentos no arquivo, como proceder? É comum o pesquisador encontrar dificuldade para acessar os arquivos históricos e isso está relacionado a como se percebe e se trata o acervo. Bacellar (2008) fez um levantamento dos tipos de arquivos que existem no Brasil e as possibilidades de pesquisa que eles oferecem, bem como os desafios que o historiador pode enfrentar diante de fontes arquivísticas. Com relação aos arquivos de caráter religioso, do qual esse trabalho trata, o mesmo autor afirma que:

Os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, sob os cuidados de serviços de arquivo em geral bastante precários e desconfortáveis, que costumam improvisar o atendimento quando do surgimento inesperado de um pesquisador. (BACELLAR, 2008, p. 39)

E mais:

Quanto aos arquivos de outras profissões de fé evangélicas e protestantes, apenas se pode dizer que recuam ao século XIX e XX e não se encontram organizados em espaços diretamente abertos à consulta. (BACELLAR, 2008, p. 42)

É notório a riqueza que os arquivos eclesiásticos apresentam. Os desafios, porém, são muitos, pois existe um verdadeiro descaso com o tratamento dispensado ao acervo acumulado ao longo dos anos. Muitos desses arquivos

possuem um precário armazenamento, expostos a um péssimo estado de conservação, sendo corroídos por insetos, jogados no chão e/ou em completa desordem.

A falta de profissionais capacitados para esse trabalho permite que os acervos sejam constituídos dentro de uma lógica de acumulação e não em um sistema de organização. O arquivo, a partir dessa sistemática falta de interesse, se constitui como um depósito de papéis velhos. Tal prática permite a possibilidade de “ignorar-se completamente a preciosidade de muitos documentos ali esquecidos.” (BACELLAR, 2008, p. 49).

E é por isso que:

O arquivista e o historiador têm, portanto, a importante tarefa de, ao entrar em contato com acervos submetidos a tal risco, buscar a conscientização dos responsáveis e alertar a comunidade antes que seja tarde. O interesse pela pesquisa empírica deve, assim, instrumentalizar as atenções para a importância dos documentos, em um esforço contínuo que sempre deveria nortear a ação e discurso do historiador. (BACELLAR, 2008, p.50)

Há muita potencialidade em um arquivo, e cabe ao historiador se “aventurar” nesse universo. Ter processos teórico-metodológicos que guiem o trabalho é indispensável durante a pesquisa. Porém, é preciso entender que “a pesquisa em fontes arquivísticas é um processo dinâmico.” (CASTRO, 2008, p.56).

O acervo da IEC de Campina Grande fica localizado em uma sala denominada Arquivo Histórico, no segundo andar do prédio anexo da Igreja. É uma sala pequena (2m x 3,5m), com pouca ventilação e iluminação, fica fechada a maior parte do tempo e, também apresenta sinais de infiltração no teto.

Nosso primeiro contato com esse arquivo foi no ano de 2018, quando acompanhamos um amigo que estava em busca de material para escrita de um artigo sobre a história de Campina Grande. O próximo contato aconteceu em 2021. Dessa vez, eu estava em busca de algo interessante que pudesse ser pesquisado e, posteriormente, elaborado para o trabalho de conclusão de curso (TCC). De fato, encontramos uma documentação que chamou bastante nossa atenção. Contudo, esse foi apenas o início de nossa saga.

Conversando com um docente do Curso de História da UFCG sobre os planos relativos ao TCC, uma nova possibilidade surgiu e seguimos na direção de

organizar o acervo e utilizar a experiência arquivística como produto para elaboração do trabalho final.

O primeiro passo foi contactar a liderança da IEC de Campina Grande, que à época era o pastor interino André Moraes. Nos foi solicitado que se apresentasse um documento com a proposta para ser apreciada pelo corpo de oficiais (pastores, presbíteros e diáconos). Depois de analisada a proposta, foi aceita, e em junho de 2023 tivemos a liberação para o acesso ao arquivo.

Como dito anteriormente, o acervo se encontra em uma sala pequena, na qual os documentos estão armazenados em caixas de papelão no chão e amontoadas (imagens 3 e 4). Existem três armários: um de madeira completamente tomado por cupins; e dois de metal (um deles apresenta avançado grau de ferrugem). Não há uma organização arquivística, apenas é cumulativa. Não existe ninguém que seja responsável pelo local, e está funcionando como uma espécie de depósito para documentos que não estão mais em uso (um “arquivo morto”).

**Imagem 3:** Documentos amontoados e armazenados em caixas de papelão no chão.



**Fonte:** Acervo particular da autora.

**Imagem 4:** Documentos armazenados em caixas de papelão.



**Fonte:** Acervo particular da autora.

Passamos a “explorar” o lugar, tentando identificar o que havia. Do armário de madeira retiramos alguns livros que conseguimos identificar como sendo produzidos desde o final da década de 1920 até 1980 (imagem 5). Esse material estava bem “fragilizado” pela ação de insetos que estavam perfurando o papel, foi então alocado em um outro lugar, uma sala no andar inferior do prédio onde pudesse ficar longe dos cupins (Imagens 6, 7 e 8). Foi possível identificar conjuntos de documentos produzidos por departamentos específicos da Igreja. Porém, todo o avanço foi logo interrompido, pois apareceram algumas caixas contendo envelopes que são utilizados para o recolhimento de dízimos e ofertas, esse material foi julgado como sem valor histórico, e que podia ser descartado liberando espaço na sala.

**Imagem 5:** Armário de madeira tomado por cupins e que armazenava documentos.



**Fonte:** Acervo particular da autora.

**Imagem 6:** Livro de Atas em péssimo estado de conservação.



**Fonte:** Acervo particular da autora.

**Imagem 7:** Documentos armazenados em péssimas condições em um armário de madeira.



**Fonte:** Acervo particular da autora.

**Imagem 8:** Livros de Atas de departamentos diversos da IEC de Campina Grande.



**Fonte:** Acervo particular da autora.

Percebendo a dificuldade de organização e o tempo que a atividade de organização e catalogação iriam demandar, optamos por escolher uma parcela desse acervo, um grupo específico da Igreja para ser analisado. Desta feita, escolhemos a União Auxiliadora Feminina (UAF) que é o departamento que congrega as mulheres da Igreja, e possui diretoria formada por mulheres, além de ter demandas das atividades a serem executadas.

A escolha pelo acervo não foi de modo alguma aleatória. Como mulher e parte integrante do grupo, é estimulante a busca pela História das Mulheres que nos antecederam. Fui impelida a identificar o trabalho por elas realizado, seus anseios e dificuldades. Isso foi reforçado quando nos foi solicitado em fins de agosto de 2023 fosse localizado documentos relativos às mulheres no acervo, que pudessem servir para a produção de um resumo histórico acerca da atuação das mulheres na IEC de Campina Grande e que seria apresentado nas festividades do centenário da União Auxiliadora Congregacional<sup>12</sup> (UAC), no mês de outubro do mesmo ano.

Nessa busca, lidamos com mais lacunas do que se podia imaginar. Foi localizado até então apenas um livro de atas que cobre um período que vai de julho de 1967 até março de 1991. Além disso, também foi encontrado alguns relatórios financeiros de um período mais recente. A lacuna no livro de atas foi o que mais nos intrigou, pois nenhuma documentação específica relativa às atividades femininas anteriores a 1967 foi localizada, e nem depois de 1991, além de alguns relatórios financeiros.

Acreditamos que as lacunas documentais existentes no Arquivo Histórico da IEC de Campina Grande podem estar associadas a uma falta sistemática de interesse pela memória e, conseqüentemente, pelo seu acervo. O testemunho de Alfredo<sup>13</sup>, que faz parte da IEC de Campina Grande desde 1980, e serve como zelador há mais de 20 anos, nos ajuda a chegar a essa compreensão. Ele afirma que com o tempo outros materiais (envelopes de contribuição, cédulas de votação, banner de eventos), sem caráter histórico, foram sendo colocados na sala que deveria ser reservada para o acervo, e como a sala é pequena, foi-se tornando um amontoado de coisas.

Alfredo também comenta que em tempos recentes dois historiadores se aventuraram a pesquisar neste acervo, mas ele não sabe informar se tiveram sucesso em suas pesquisas. O que se sabe é que pouco ou nada se fez para conscientizar a comunidade eclesiástica para a importância desse material, ou seja, não teve um trabalho de investimento na memória coletiva do grupo.

---

<sup>12</sup> O nome do departamento foi mudando ao longo do tempo, sobretudo após a formação da AIECB.

<sup>13</sup> Por motivos éticos, optamos pelo uso de nomes fictícios, para preservação da verdadeira identidade de nossos entrevistados.

### 3.4. As mulheres na Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande

Como visto no Capítulo 1, a implantação do congregacionalismo no Brasil foi resultado do trabalho do casal de missionários Robert Reid Kalley e Sarah Poulton Kalley. Também já destacamos algumas estratégias e áreas nas quais o Doutor Kalley teve atuação. Queremos agora voltar a atenção, de modo breve, ao trabalho desempenhado pela senhora Kalley, sobretudo no que diz respeito às mulheres.

Sarah Kalley desejava começar um trabalho com as mulheres, porém, segundo as leis vigentes no país, não era permitido às mulheres saírem à rua desacompanhadas. Essa restrição era apenas para as mulheres brasileiras, por isso a senhora Kalley decidiu iniciar uma Sociedade de Senhoras com algumas estrangeiras.

A primeira reunião das Sociedade de Senhoras aconteceu em 11 de julho de 1871, e contou com a presença de onze mulheres. Para a ocasião, Sarah Kalley preparou um estudo sobre “o caráter de Eva, mãe da raça humana.” (ROCHA *apud* RODRIGUES, 2022, p. 233). Além de se reunirem periodicamente para estudarem a Bíblia e serem incentivadas a memorização de trechos da Escritura, essas senhoras realizavam trabalhos de visitação objetivando o fortalecimento espiritual de outras mulheres, bem como prestavam auxílio aos pobres da igreja.

À medida que novas congregações surgiam, as sociedades de senhoras iam se multiplicando. No Nordeste, em novembro de 1901, o pastor Alexander Telford organizou na Igreja Evangélica Pernambucana, a Sociedade Auxiliadora das Senhoras. O objetivo dessa sociedade era de ajudar na propagação da mensagem do Evangelho e, também, prestar socorro aos pobres e enfermos (RODRIGUES, 2022).

Posteriormente, sentiu-se necessidade de se criar uma organização para reunir as Sociedades de Senhoras que já existiam. Acerca disso, Rodrigues (2022) assegura que:

As mulheres das Igrejas da CRNE, através das SAFs se articularam, elaboraram o projeto dos Artigos Orgânicos, os estatutos e encaminharam à CRNE os requerimentos para a organização da federação e aprovação dos seus Artigos Orgânicos. [...] Em 31 de janeiro de 1942, no templo da Igreja Evangélica Congregacional de Patos, cidade nordestina do sertão da Paraíba, foi organizada a



Federação das Sociedades Auxiliadoras Femininas das Igrejas Evangélicas (Governo Congregacional) do Nordeste do Brasil - (FSAF), com seus respectivos estatutos.” (RODRIGUES, 2022, p. 234-235)

Pelo exposto, podemos perceber que desde o início do século XX, as Igrejas Congregacionais do Nordeste possuíam trabalhos direcionados apenas para as mulheres. Essas Sociedades contribuem com a igreja local de diversas formas, e também buscavam despertar e desenvolver em suas sócias o desejo para o estudo bíblico por meio de cultos domésticos e de oração e incentivá-las ao evangelismo pessoal.

Rodrigues (2022) também nos informa que nos dias 23 a 25 de fevereiro de 1942 aconteceu na IEC de Campina Grande o primeiro Congresso da Federação das Sociedades Auxiliadoras Femininas do Nordeste. Neste evento, os estatutos da organização foram aprovados sem alteração e a diretoria reeleita. Nos impressiona o fato de não terem sido encontrados no Arquivo Histórico da IEC de Campina Grande documentos sobre a realização desse evento.

Essa lacuna documental direcionou a nossa pesquisa para analisar dois documentos: o Livro de Atas da União Auxiliadora Feminina, já citado; e um Livro de Registro de Rol de Membros. Também conversamos com algumas pessoas da igreja, com vistas a entender a atuação feminina e como realizavam os devidos registros para o período anterior a 1967.

O Rol de Membros é um livro que registra os dados das pessoas que foram batizadas (nome, idade, data de batismo, naturalidade, cor, Pastor Oficiante, estado civil, profissão) e, dessa maneira, passaram a fazer parte da membresia da Igreja. A partir da análise desse livro foi possível traçar um perfil social das mulheres (Tabela 1) para o período de 1912-1934. Os registros mais antigos de batismo são todos de mulheres, e após um levantamento quantitativo chegamos a constatar que dos 413 registros, 226 eram mulheres, o que contabiliza 54,7% da membresia. Isso demonstra que desde o início, e até mesmo antes da fundação do templo em 1920, as mulheres formavam o grupo majoritário, e disso podemos inferir que elas deveriam desenvolver algum tipo de atividade.

**Tabela 1:** Perfil Social das Mulheres da IEC de Campina Grande entre 1912-1934.

<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Entre 15 e 72 anos	Solteiras - 65 Casadas - 94 Viúvas - 12 Sem Registro - 55	Agricultora - 1 Professora - 4 Auxiliar* - 1 Domésticas - 220

\* Não foi possível identificar a profissão exata porque o segundo termo estava ilegível na documentação.

**Fonte:** Acervo da Autora.

Um Livro de Atas serve para registrar informações e decisões de um coletivo. Esse recurso é utilizado para documentar deliberações de um determinado grupo que se reúne com essa intencionalidade. No caso de nossa pesquisa, analisamos o Livro de Atas da União Auxiliadora Feminina (UAF), produzido entre 1967 e 1991. No seu Termo de Abertura lemos:

Este livro contém 200 (duzentas) folhas tipograficamente numeradas; irá servir para escrituração de atas, da “Sociedade Auxiliadora Feminina” da Igreja Evangélica Congregacional Central. Campina Grande, 3 de julho de 1967. Presidente - Georgina Gomes Trindade. Secretária - Maria Lúcia Ribeiro<sup>14</sup>

Importante notar que no Termo de Abertura do livro está escrito “Sociedade Auxiliadora Feminina”, entretanto, passou-se a utilizar a nomenclatura União Auxiliadora Feminina. A mudança do nome ocorreu em algum momento entre 1967 e 1968, pois na reunião do agosto de 1968 temos:

É lido o plano de serviço para o mês de agosto, segundo o calendário aprovado no I congresso nacional da Aliança de Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil. É enfatizado o 1º aniversário do departamento da União Auxiliadora Feminina com um breve programa festivo de ações de graças, levantando uma oferta para o mesmo. [...]. A vice-presidente lê o estatuto da auxiliadora reformado em nosso congresso passado, para conhecimento da sociedade<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> União Auxiliadora Feminina, Livro de Atas, julho de 1967.

<sup>15</sup> União Auxiliadora Feminina, Ata de 08 de agosto de 1968, fl.11

As assembleias gerais da União Auxiliadora Feminina aconteciam mensalmente e eram formadas por dois momentos distintos: um devocional e outro administrativo. Durante o período devocional eram feitas orações, entoados cânticos e sempre havia alguém responsável pela leitura e explicação de um trecho da Bíblia. Essa última parte podia ser realizada por uma das sócias ou por algum convidado para esse fim.

Já durante o período administrativo, os grupos que faziam parte da UAF, por meio de suas relatoras, apresentavam seus relatórios financeiros e das atividades realizadas durante o mês, como o exemplo a seguir:

Foram apresentados os resultados dos diversos núcleos que compõem a Auxiliadora Feminina apresentando o seguinte resultado: - folhetos distribuídos: 10.068 (dez mil e sessenta e oito); foram vendidas oito bíblias; foram evangelizadas duzentos e trinta e cinco (285) pessoas; foram levadas a Cristo seis pessoas; seis pessoas auxiliaram no funcionamento das classes bíblicas, onze são alunas das Escola Dominical; dezesseis pessoas fazem o culto doméstico; trinta e sete leem a Bíblia diariamente; treze pessoas são dizimistas; foram assistidas 179 (cento e setenta e nove) cultos - digo - reuniões de oração; vinte e uma irmãs tomaram parte em dias de consagração; quarenta e oito tomaram parte nos cultos doutrinários; duzentas e trinta e quatro irmãs efetuaram visitas - ou melhor - foram feitas duzentos e trinta e quatro visitas pelas irmãs. Uma irmã está alfabetizando duas pessoas; foram prestados auxílio a sessenta e oito necessitados<sup>16</sup>.

Outros assuntos também eram discutidos, sobretudo acerca de como poderiam contribuir com a igreja local e também com relação ao trabalho de assistência social. Esse era um espaço em que elas se articulavam e elaboravam projetos que desejavam executar. Por exemplo, durante o ano de 1970 dois assuntos foram recorrentes: a montagem de um ambulatório e a compra de um órgão eletrônico.

Desejava-se montar um ambulatório nas dependências da Igreja para assistir aqueles que necessitavam. De janeiro a março daquele ano foi debatido com seriedade para se angariar recursos para esse empreendimento: “a presidente apresentou a sugestão de procurar nos consultórios médicos da cidade uma ajuda para a montagem do ambulatório”<sup>17</sup>. Posteriormente, foi formada uma comissão que esteve responsável por realizar as visitas aos consultórios.

---

<sup>16</sup> União Auxiliadora Feminina, Ata de 03 de agosto de 1970. fl. 38 e 39

<sup>17</sup> União Auxiliadora Feminina, Ata de 02 de março de 1970. fl. 29 e 30

Em novembro de 1970 se comemorou o aniversário de 50 anos de fundação da Igreja, e a compra de um órgão eletrônico para presentear foi outra iniciativa tomada pelo grupo de mulheres. Para que isso fosse possível, era preciso conseguir uma alta soma de dinheiro e, portanto, além de discutirem estratégias para o levantamento de recursos a presidente insistiu que “todas as irmãs juntas ou dispersas estabelecessem uma hora a fim de elevarem orações a Deus pedindo orientação e ajuda pelo sucesso da campanha para aquisição do órgão”<sup>18</sup>.

Desta feita, percebemos que as nossas fontes arquivísticas apontam para que, desde o início de sua história, existia na IEC de Campina Grande um número considerável de mulheres, que em sua maioria das mulheres eram domésticas, logo circunscritas ao lar. Porém, a partir do momento que elas conseguem se reunir e formar seus grupos de mulheres na Igreja, conseguem delimitar um novo espaço de fala e ação.

Percebemos também que em fins da década de 1960 as mulheres estavam envolvidas em muitas atividades e com projetos audaciosos, como a montagem de um ambulatório e a compra de um órgão eletrônico. O desenvolvimento dessas e outras atividades propostas pela União Auxiliadora Feminina permitia a ampliação das áreas de influências que essas mulheres podiam exercer.

### **3.5. Disputas memoriais**

Para Halbwachs (1990), o indivíduo que lembra sempre está inserido em um grupo de referência, de modo que a memória é produto de uma construção coletiva. O grupo de referência, por sua vez, é o grupo com o qual o indivíduo estabelece uma relação de afetividade, onde suas experiências e passado se confundem. É o investimento que o grupo faz em determinada lembrança que produz a força da memória que irá se perpetuar ou não.

Nesse processo dinâmico de investimento, pertencimento e permanência do indivíduo na comunidade afetiva chega-se ao seguinte entendimento: lembrar se relaciona a apego, da mesma forma que esquecer se relaciona à desapego. A memória é, portanto, um trabalho contínuo de reconhecimento e reconstrução de

---

<sup>18</sup> União Auxiliadora Feminina, Ata de 08 de junho de 1970. fl. 34 e 35

acontecimentos e vivências de um passado comum, que se encontra dentro de um quadro de preocupações e interesses da atualidade. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Outro fato que pode ser suscitado para explicar essas ausências documentais é o cisma congregacional que aconteceu em Campina Grande em 1967. Como discutimos no capítulo 2, o ano de 1967 foi bastante delicado para a IEC de Campina Grande, pois esta teve que enfrentar um cisma interno e externo. Externamente, a excomunhão de pastores que aderiram ao Movimento de Renovação Espiritual e a exclusão de suas igrejas da UIECB foi seguida pela criação de uma nova denominação, a AIECB, em agosto de 1967.

Internamente, os grupos conservadores não estavam de acordo com as mudanças litúrgicas proporcionadas pela Renovação Espiritual, pois sentiam-se profundamente afetados em suas convicções espirituais; deixaram a comunhão com a IEC de Campina Grande e passaram a se reunir em outro templo, o da 3ª Igreja Congregacional que estava localizada no bairro do José Pinheiro, também em Campina Grande (FERREIRA, 2019).

Nesse contexto, ocorreram disputas judiciais pelo patrimônio da Igreja, mas aconteceram também disputas quanto à memória, pois cada um dos grupos reivindicava para si a continuidade da Igreja fundada em 1920. Sobre essa questão Ferreira (2019) afirma que:

Enquanto esses processos corriam, os antigos membros, adeptos do tradicionalismo, se reorganizaram como Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande, vinculada à UIECB, provisoriamente nas dependências da 3ª Igreja Congregacional. Essa sigla denominacional fora acrescentada no novo registro, uma vez que os membros conservadores afirmavam ser a “*verdadeira*” igreja congregacional de Campina Grande, rechaçando, assim a primitiva igreja. A reorganização da comunidade se deu em 07 de setembro de 1967, mas de forma unânime decidiu-se que a data de fundação dos trabalhos em Campina Grande deveria ser mantida, ou seja, 15 de novembro de 1920. Não se fundava, assim, uma nova igreja. Bem ao contrário, dava-se continuidade à antiga em local provisório. (FERREIRA, 2019, p 50)

Nessas disputas, muitos documentos foram levados pelo grupo que se retirou, inclusive a placa de fundação do templo em 1920. Ferreira (2019), em uma nota de rodapé assegura “que as Atas de registros dos anos de 1967/1968 que deveriam estar nos arquivos da Igreja locada na Rua Treze de Maio foram extraviadas ou subtraídas.” (FERREIRA, 2019, p 50).

Candau (2012) argumenta que uma memória forte é profunda e se impõe sobre uma grande parte de um grupo. Essa memória é responsável por estruturar a identidade e conferir sentido a um grupo, é uma memória organizadora. Neste caso, o que estava em jogo era a construção identitária de cada um dos grupos em questão, tanto dos conservadores como dos adeptos do renovacionismo. A posse de documentos era uma forma que cada grupo tinha de legitimar sua identidade congregacional, pois de outra maneira sua memória seria enfraquecida e “ser desorganizadora no sentido de que pode contribuir para a desestruturação de um grupo.” (CANDAU, 2012, p. 45).

Especificamente falando sobre a União Auxiliadora Feminina, essa construção identitária a partir da memória também é importante, principalmente do ponto de vista do pertencimento a um grupo, estabelecendo uma relação de afetividade como propõe Halbwachs (1990).

Vejamos por exemplo o caso de Telma. Ela faz parte da IEC de Campina Grande desde de 1974, com mais de 40 anos de atuação na UAF, tendo sido no período de 1967 a 1991 presidente do departamento em várias ocasiões. Ela afirma que as mulheres eram, e ainda são, muito atuantes, desenvolvendo as mais diversas atividades e que sempre registravam as atas de suas assembleias gerais<sup>19</sup>.

Para Telma, a falta de registro para antes de 1967 e depois de 1991 é muito preocupante. Apesar de não fazer parte da IEC de Campina Grande, quando aconteceu o cisma, ela crê que é possível que as atas da UAF até aquele momento poderiam ter sido levadas ou até mesmo entregues de boa vontade ao grupo que saiu. A justificativa para isso seria que agora com a AIECB, surgia também um novo grupo de mulheres, com uma nova visão. Fica nítido no testemunho de Telma que ela recebeu uma memória e a incorporou a sua identidade a partir do momento em que passou a pertencer à União Auxiliadora Feminina.

As duas hipóteses levantadas para explicar as lacunas documentais no Arquivo Histórico da IEC de Campina Grande, principalmente no que diz respeito às mulheres, estão ancoradas em um conceito de memória, de modo que, em tempos recentes percebemos um descaso com o seu acervo, e como resultado um enfraquecimento de uma memória coletiva. Por outro lado, para o período de 1967,

---

<sup>19</sup>MACHADO, Jéssica Priscila de Melo Machado. Entrevista realizada no dia 08 de março de 2024. na IEC de Campina Grande Centro.

o que vemos são disputas por uma memória coletiva, que conferia aos grupos em conflito uma identidade congregacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caos e desorientação: essas duas palavras podem definir a sensação inicial que tivemos ao nos deparar com o estado de armazenamento e conservação no qual o Arquivo da IEC de Campina Grande se encontra. Nossa proposta inicial era de organização desse acervo levando em consideração a tipologia e o tempo dos documentos. Essa etapa não pôde ser concluída e ainda demandará muito tempo e esforço. Contudo, para o curto espaço de tempo que essa pesquisa vem sendo realizada, conseguimos estabelecer algumas coisas.

Tratar com esse Arquivo nos apresentou muitos desafios, entre eles, talvez o maior deles, foi de procurar identificar a massa documental depositada ali, bem como os departamentos e/ou as pessoas responsáveis pela sua produção e as intencionalidades que dispunham. Mas não foram só desafios, também muitas possibilidades para pesquisas futuras foram sendo encontradas, o que nos despertava ainda mais a curiosidade.

Dentro dessa massa documental, conseguimos identificar alguns documentos relativos à União Auxiliadora Feminina, e foram esses que escolhemos para tratar nesse trabalho. Fizemos uso de um Livro de Atas produzido entre os anos de 1967 e 1991, no qual pudemos descobrir as atividades nas quais essas mulheres estavam envolvidas e o que discutiam em suas Assembleias Gerais que aconteciam mensalmente. A partir da leitura dessas Atas, conseguimos identificar um grupo forte de mulheres, que longe de serem um subgrupo, estavam profundamente envolvidas no cotidiano dessa comunidade eclesial.

Essa escolha foi impulsionada pela solicitação feita a nós pela presidente do departamento feminino em agosto de 2023, que desejava que pudessemos produzir a partir do material existente no arquivo, um resumo da história das mulheres na IEC de Campina Grande. O pequeno texto que conseguimos produzir foi lido no culto de ações de graças realizado pelo aniversário de 100 anos desse departamento.



Essa comemoração serviu para perceber a lacuna que existe nessa documentação, tendo em vista que, até o presente momento, não conseguimos encontrar nenhum Livro de Atas ou documento similar, para o período anterior a 1967 e nem para depois de 1991. Isso nos causa espanto e preocupação.

Para nos auxiliar na nossa discussão, outro documento importante ao qual recorreremos foi um Livro de Rol de Membros, que nos ajudou a constatar a presença dessas mulheres na IEC de Campina Grande desde seu início, e como elas representavam mais da metade dos membros no período de 1912 a 1934.

Desta feita, ficou claro para nós que, mesmo na ausência de documentação específica, é possível deduzir que a colaboração das mulheres para os trabalhos da igreja local remonta ao seu início e que por algum motivo que ainda nos é obscuro não foi devidamente registado e/ou preservado. A memória desse grupo de mulheres, portanto, está diluída dentro da memória da IEC de Campina Grande.

Também entendemos que os acontecimentos ocorridos na década de 1960 que culminaram com o cisma congregacional em 1967, ajudam a explicar as lacunas encontradas na documentação, sobretudo, considerando que nessa época os grupos em disputas estiveram envolvidos em batalhas de memória, que ia desde as disputas judiciais pelo patrimônio da igreja, como a prerrogativa que cada grupo levantava de ser ele próprio o continuador da tradição congregacional fundada em 1920. Era um momento de uma memória forte, uma afirmação identitária.

Inferimos também que, a partir da década de 1980, essa memória foi se enfraquecendo, o que afetou diretamente o trato que a comunidade foi atribuindo ao seu acervo histórico, depositando dessa maneira na sala destinada a preservação de sua História, outros tipos de materiais, que com o tempo resultou no atual estado de descaso e má conservação.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande. Acervo da Administração Eclesiástica. **Livro de Registro de Novos Membros**, 1912-1934.

Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande. Acervo da União Auxiliadora Congregacional. **Livro de Atas da União Auxiliadora Feminina**, 1967-1991.

### BIBLIOGRÁFICAS

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico**. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: BASSANEZI, Carla. **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

**BÍBLIA DE ESTUDOS DE GENEBRA**. 2 ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil; São Paulo: Cultura Cristã 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSCHI, Caio C. **Exercícios de pesquisa histórica**. Belo Horizonte: EDPUCMG, 2011.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Douglas Nassif. **Robert Reid Kalley: médico, missionário e profeta**. São Bernardo do Campo, 2001.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CÉSAR, Bruno. **Uma saga congregacional: o congregacionalismo e sua luta por inserção e sobrevivência**: da Inglaterra do século XVI ao Sertão paraibano do século XX. Recife: Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, 2022.

CÉSAR, Salustiano Pereira. **O congregacionalismo no Brasil - fatos e feitos históricos**. Rio de Janeiro: OMEB, 1983.

EVERY-CLAYTON, Joyce E. Winifred. **Um grão de mostarda... documentando os inícios da Igreja Evangélica Pernambucana, 1873-1998**. Recife/PE: Igreja Evangélica Pernambucana, 1998.

FERREIRA, Luís Antônio Galdino. **Entre fundamentalistas e renovacionistas: o cisma congregacional de 1967**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019. 68p

FORSYTH, Willian B. **Jornada no império: vida e obra do Dr. Kalley no Brasil**. São José dos Campos: Fiel, 2006.

FREITAS JÚNIOR, Cléofas Lima Alves de. **As práticas e representações femininas no protestantismo de Campina Grande: a Igreja Evangélica Congregacional (1927-1960)**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 173, 2010.

\_\_\_\_\_. Memórias de mulheres idosas congregacionais em Campina Grande: obediência e transgressão (1927-1960). **Veredas da História**, ano IV, Ed. 2, 2º semestre de 2011.

\_\_\_\_\_. A inserção do discurso protestante em Campina Grande (1901-1930): uma introdução. In: **XIII Encontro Estadual de História. História e Historiografia: entre o Nacional e o Regional ANPUH-PB**, Guarabira, Universidade Estadual da Paraíba, 2008.

GOMES, Joelson. **Os congregacionais: uma história da tradição congregacional**. João Pessoa: Moura Ramos Gráfica e Editora, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LAMARTINE, Heitor. Congregacionais e a renovação espiritual no Nordeste. **PLURAL, Revista de Estudos de Religião**, São Paulo, vol. 12, nº 2, 2021, p. 60-79.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013

LEONEL, João. O jornal imprensa evangélica e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, v. 35, p. 65-81, set./dez. 2014.

LINDBERG, Carter. A reforma na Inglaterra e Escócia. In: **História da Reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

MATHEUS, Leticia. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo (10), dez. 1993.

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama do congregacionalismo brasileiro**. Olinda, 2022.

SANTANA FILHO, Manoel Bernardino de. **Desbravadores do sertão**. A inserção do protestantismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: Editora Reflexão, 2020.

SCHMIDT, Maria Luiza Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, 4 (1/2), p. 285-298, 1993.

SILVA, Elizete da. Reformados no Brasil e na Bahia. In: **Protestantismo ecumênico e a realidade brasileira**: evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

SOUZA, Claudionor Gomes de. **João Clímaco Ximenes - sua vida, sua obra**. Campina Grande, 1982.

OWEN, John. Da política, do governo, ou da disciplina da igreja em geral. In: **A verdadeira natureza da igreja evangélica - John Owen (1616-1683)**. Ed. Inglesa de 1689. Recife: Editora Aliança Congregacional, 2022.

WALTON, Robert C. **História da igreja em quadros**. São Paulo: Vida, 2001.